

PLANO DE GOVERNO PARA O MUNICÍPIO DE ARACAJU

PARTIDO NOVO

CHAPA “DÊ UMA CHANCE AO NOVO”

ZÉ PAULO E LÂNIA BARBOZA

1. ARACAJU: UM NOVO TEMPO

A ascensão de um grupo ao poder tanto em Sergipe como em Aracaju, e que se perpetua no comando do estado há mais de duas décadas, coincidiu com a virada do século. Inaugura-se, com o século XXI, um período marcado por profundas, intensas e aceleradas transformações no plano social, econômico, político e cultural no mundo, no Brasil e em Sergipe.

No plano político, vemos crescer demandas por uma agenda globalista em que decisões vindas de cima para baixo buscam condicionar gestores no plano estadual e municipal, agenda essa raramente comprometida com as reais necessidades e interesses de populações locais.

Também acompanhamos o advento de uma participação maior dos indivíduos no debate público por meio das redes sociais, com a maioria dos cidadãos exercendo uma cidadania ativa em um formidável crescendo. As pessoas passam, cada vez mais, a cobrar diretamente os posicionamentos e decisões de seus representantes quanto a questões que podem afetar suas vidas, a de seus familiares e de sua comunidade.

No plano econômico, identificamos a emergência de uma economia cada vez mais dinâmica com as inovações tecnológicas e marcada pelo poderio dos grandes conglomerados e oligopólios. Com os novos arranjos nas relações comerciais no mercado interno e internacional, impõem-se a superação dos entraves estatais e investimentos em melhoria dos produtos e serviços oferecidos à população e na logística do fluxo desses bens. Além disso, a busca por ampliação de mercados exige dinamismo e desburocratização dos processos atrelados à atividade econômica.

Temos também a demanda pela chamada economia verde, a cobrar ações e programas de desenvolvimento que levem em conta a proteção ao meio ambiente. Pauta importante a exigir firme compromisso de todos, mas que precisa ser encaminhada sem afetado alarmismo, e sim orientada por estudos técnicos e compromisso sério e consequente na promoção do desenvolvimento com sustentabilidade.

No plano social, temos a necessidade de promover maior justiça social, elevando a qualidade da educação de nossas crianças e jovens, implementando

políticas eficazes de geração de emprego e renda, ampliando o acesso à moradia e saneamento básico, aprimorando as ações e programas de segurança da sociedade, dentre outras iniciativas.

Relevante, ademais, consolidar programas sociais que apontem a “porta de saída” para os beneficiários desses programas, rumo ao desenvolvimento desses indivíduos, a sua autonomia financeira e de progressiva melhora em sua qualidade de vida, de forma a superar sua dependência do Estado para o sustento seu e de sua família.

No campo social, importa ter como parâmetro o princípio da subsidiariedade ao aderir a um modelo de gestão descentralizado. Buscando otimizar o papel do Estado nas áreas onde sua atuação é indispensável e minimizar os riscos de um controle estatal sobre a sociedade cada vez mais absorvente, tal princípio exige a implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da sociedade civil como principal indutor do desenvolvimento do indivíduo em particular e da sociedade como um todo.

No plano dos valores, considerados como parâmetros éticos que devem moldar e perpassar as decisões políticas, vemos um forte avanço da chamada agenda progressista em contraposição aos princípios morais, interesses e demandas da maioria do povo brasileiro e, em particular, do povo sergipano e aracajuano. Valorizando cada indivíduo e respeitando as diferenças, importa reafirmar o valor da vida humana e sua proteção desde a concepção, com a assistência devida à mulher, especialmente às grávidas em situação de vulnerabilidade social, econômica ou psicológica e àquelas vítimas de violência doméstica ou familiar.

Passa a ser cada vez mais reivindicado o direito dos indivíduos à autodefesa, sempre dentro do marco legal, em contraposição à política de desarmamento. Registre-se, ainda, que muitas vozes se levantam contra as investidas sobre nossas crianças e jovens por meio da sexualização precoce. Está claro que a maioria dos aracajuanos, assim como a parcela maior da população brasileira, tem firme oposição à legalização das drogas e repudiam os constantes ataques à família e à religião e as investidas em defesa da relativização de valores.

Para além dessas questões gerais, mas que são bem próximas da nossa vida e nela impactam diretamente, bem mais do que muita gente imagina, temos em Aracaju e no estado dados que comprovam realisticamente o quanto estamos regredindo em diversos campos.

De um estado pujante e organizado e de uma cidade antes alardeada como a de “maior qualidade de vida no nordeste e uma das maiores do Brasil”, contando com bons índices de desenvolvimento social e econômico em relação a outros estados e municípios do norte e nordeste, passamos a amargar nas duas últimas décadas posições vergonhosas em várias áreas sociais e econômicas, com destaque para o desempenho sofrível de nossos estudantes do ensino fundamental e os altos índices de violência em Aracaju e região metropolitana.

De forma breve e sintética, é possível traçar um cenário desalentador em Aracaju, ilustrando com alguns exemplos que bem revelam a urgência de pugnar por um novo tempo para Aracaju.

Na educação fundamental, estamos nas últimas posições entre capitais do país no ranqueamento sobre o domínio da leitura e de operações matemáticas básicas de nossos estudantes. Também ostentamos vergonhosos índices no campo da segurança pública, sendo recorrente na imprensa local e nacional, ao longo da última década, diversas reportagens apontando Sergipe como um dos estados mais inseguros do país e a Grande Aracaju como uma das regiões metropolitanas mais violentas.

A saúde também é uma das áreas mais sofríveis do município, deixando os aracajuanos sem acesso a um serviço público de qualidade na área da saúde básica. Além das quilométricas filas para atendimento em especialidades médicas e da carência de insumos e recursos humanos nas UBSs, o principal e mais reprovável retrocesso ocorreu com o desmonte do programa saúde de família no município não apenas pelo que representava de êxito tanto no atendimento mais humanizado, eficaz e integral como na prevenção de doenças.

A despeito de todo o rico potencial turístico de Aracaju e da disposição do nosso povo para o trabalho, a inépcia dos últimos gestores públicos vem interditando o progresso do município nesse campo. A falta de incentivo para o empreendedorismo dos aracajuanos obsta o desenvolvimento de nossa gente, situação agravada em razão de uma máquina municipal pesada, inchada, aparelhada, sedenta por alta arrecadação e que pouco favorece a iniciativa privada.

O centro da cidade carece de investimentos, contando com várias áreas degradadas e ocupações irregulares de passeios públicos. No período chuvoso, abundam pela cidade diversos pontos de inundação e muitas vias da cidade ficam totalmente intransitáveis, gerando transtornos vários e, não raro, consideráveis prejuízos financeiros para quem tem seus veículos, residências e pontos comerciais afetados.

O transporte público e a acessibilidade são outras áreas historicamente negligenciadas pelos gestores municipais, e essas falhas de gestão afetam de modo especial as pessoas mais vulnerabilizadas.

Há muitos outros problemas que demandam firme determinação política e preparo técnico para enfrentá-los e resolvê-los. Em quase duas décadas, Aracaju tem regredido em diversas áreas e perdido espaço no cenário nacional e no Nordeste.

É mais do que chegada a hora de superar a condescendência com sucessivas gestões inoperantes e romper com esse pacto do atraso. Aracaju precisa de um choque de gestão e seu povo merece um novo horizonte. O desafio é grande, mas cabe enfrentá-lo com disposição e compromisso!

2. APRESENTAÇÃO

Apresentamos o nosso plano de governo para um novo tempo em Sergipe, gestado e definido sem arroubos grandiloquentes, em que refutamos lançar mão de promessas abstratas ou excessivamente pretensiosas.

Fruto do trabalho de diversos e qualificados colaboradores, fizemos opção por uma formulação objetiva das diretrizes gerais do nosso governo e apresentação clara dos nossos compromissos para o quadriênio.

A formulação do plano também foi inspirada nos cadernos produzidos pelo partido Novo e pelos subsídios prestados pelos cursos, palestras e debates promovidos pelo instituto Libertas.

Neste plano também foram contemplados projetos, ações e programas que já foram implementados em outros municípios e mostraram resultados positivos. Inovar onde precisa e replicar experiências exitosas já devidamente comprovadas foram os parâmetros centrais adotados no planejamento que foi esboçado para a gestão de Aracaju pelo Novo.

Redigido em linguagem direta, clara e objetiva, acessível a todos os aracajuanos que queiram conhecer nossas propostas, também buscamos evitar excessos de informações e dados, especialmente daqueles que já se encontram amplamente acessíveis na internet.

Apresentaremos nossas propostas para cada uma das diversas áreas, precedidas de um breve diagnóstico e contextualização da situação em que se encontra a gestão municipal em cada uma delas.

Começaremos, entretanto, apresentando os princípios e diretrizes que moldaram e pautaram a elaboração de propostas, ou seja, os valores e propósitos que nos nortearam e condicionaram a elaboração deste plano.

Antes de passar ao item seguinte, registra-se que a valorização dos servidores, com o aprimoramento das carreiras, preferência para escolhas das funções em comissão e vinculação de parte dos vencimentos ao alcance de metas previamente designadas perpassa as propostas de todas as áreas.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES

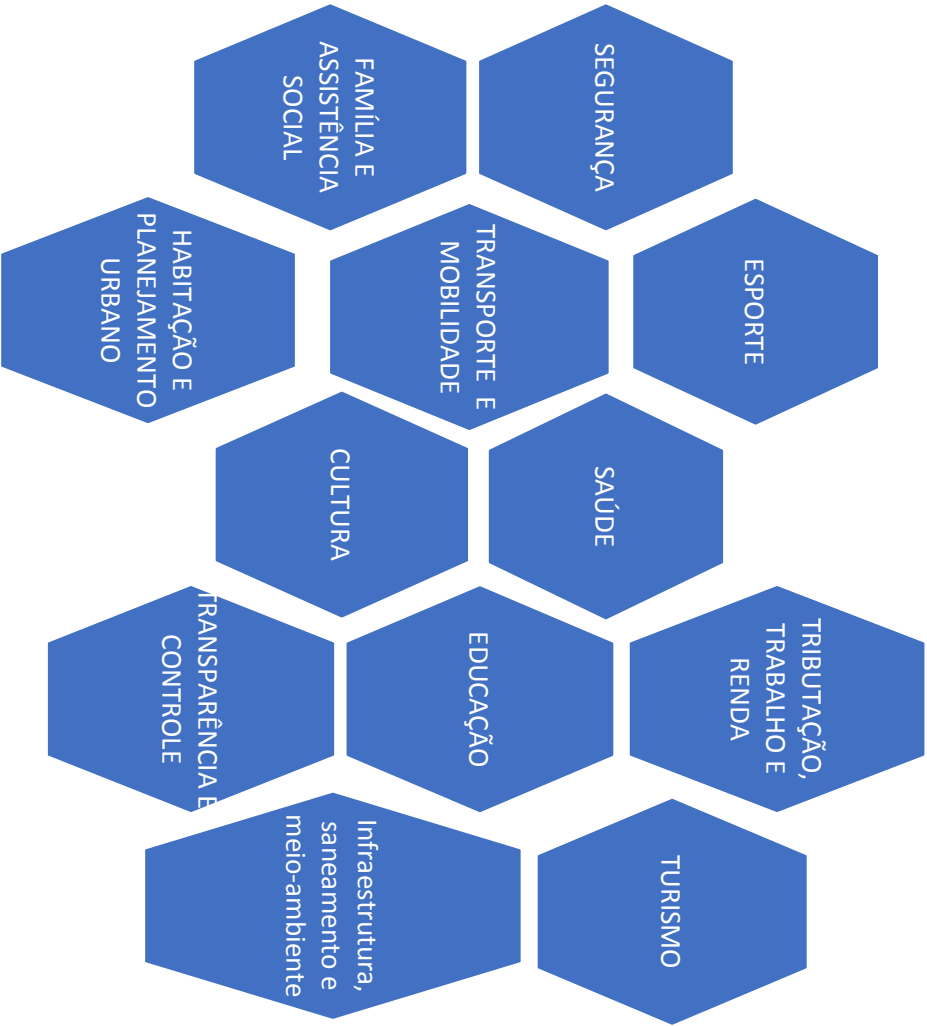
Concebemos este Plano de Governo como um misto de plano de ação e carta compromissória, encampando um conjunto de propostas-compromisso assumidas pela chapa do Novo perante a população aracajuana.

Neste plano indicamos as decisões políticas centrais e fundantes e as pautas de governo claramente definidas com as quais nos comprometemos a tirar Aracaju da inépcia administrativa, do marasmo econômico e da precariedade social em que a ampla maioria do seu povo se encontra.

Ocorre que para um plano de governo ser bem concebido, estruturado e em condições de ser executado, é necessário estabelecer alguns princípios ou diretrizes norteadoras. Nesse sentido, temos um plano:

- 3.1. Realista - *baseado em um preciso e rigoroso diagnóstico e em propostas conectadas com as reais demandas e necessidades do município e de nossa gente;*
- 3.2. Baseado em evidências – *Sendo priorizadas políticas públicas, medidas, ações e programas que já foram implementados em outros municípios, em especial daquelas com características próximas as de Aracaju, e produziram resultados positivos;*
- 3.3. Exequível - *sem fixar metas inalcançáveis ou estabelecidas meramente “pro forma” e, ainda, sem propostas excessivas (na perspectiva de apenas “fazer volume e impressionar”) ou mesmo abstratas, vagas;*
- 3.4. Articulado – *com as propostas de todas as áreas integradas, desde o planejamento até a execução, na maior medida possível, pugnando para que essas propostas estejam harmônicas e levem à adoção de um conjunto coerente e integrado de ações e programas para fomentar o desenvolvimento do estado e a melhoria de vida da nossa gente;*
- 3.5. Atual - *equacionando bem as exigências de ousadia e inventividade com as práticas já testadas, de forma a não criar falsas perspectivas ou comprometer as finanças pública;*
- 3.6. Autêntico ou Consequente - *com propostas que estejam claramente em sintonia com as potencialidades do Município e a vocação da nossa gente, com atenção às janelas de oportunidade que hoje estão abertas.*

4. NOSSO MOSAICO DE ATUAÇÃO



4.1 FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1.1. Breve diagnóstico

“Todo modelo social que pretende servir ao bem do homem não pode prescindir da centralidade e da responsabilidade social da família. A sociedade e o Estado, nas suas relações com a família, têm o dever de ater-se ao princípio da solidariedade”.¹

A família é uma comunidade natural em que o ser humano deve experimentar a sociabilidade. Não é criada pelo Estado, mas constitui seu pilar; famílias desestruturadas, em que o amor, cuidado e a atenção são negligenciados, produzem sociedades doentes, propensas a toda a sorte de vícios.

A demanda pela assistência social surge, em grande parte das vezes, na desestruturação familiar, desestruturação esta que também aumenta a tendência ao crime e diminui a capacidade de aprendizado e produtividade.

Toda política pública precisa considerar a necessidade de fortalecimento dos laços familiares, sem interferir nas escolhas individuais, mas criando um ambiente externo capaz de colaborar com esse objetivo.

Programa de sucesso foi adotado em Osasco-SP e pode ser reproduzido em Aracaju; também se contribui com a família pelo seu convite a participar da vida escolar das crianças.

A assistência social precisa de considerar a razão que levou a pessoa a dela necessitar, ajudando na superação do problema e, assim, tornando a atuação estatal desnecessária. É dizer, precisa-se compreender o motivo da entrada e desenhar uma porta de saída.

Grande parte das pessoas que vivem nas ruas possuem casas, mas delas se afastaram em virtude de problemas familiares; muitas vezes, o afastamento é consequência de vício em drogas ou apostas, motivado pelo receio, daquele que se afastou, de causar danos aos demais. A assistência precisa, pois, reabilitar.

Ao longo do trajeto de reabilitação ou da capacitação, indispensável assegurar dignidade, com o oferecimento de alimentação, vestimenta, banho e cuidados, médicos e psicológicos, de modo a permitir a reaproximação da família, quando for o caso de afastamento, ou, simplesmente, o resgate das condições para que viva sem auxílio estatal.

Forte combate às drogas deve ser estabelecido pelas Guardas Municipais, que para o cumprimento da missão necessita da colaboração da zeladoria dos espaços públicos. A internação involuntária ou forçada precisa ser considerada.

¹ Carta dos direitos da família – Santa sé, 22/10/1983.

Igualmente importante o amparo às gestantes, sobretudo às com gravidez de risco, o devido amparo às crianças, adolescentes e idosos carentes e sem acolhimento, por meio de casas especializadas ou convênios com organizações da sociedade civil.

4.1.2. Propostas

- Implantar o programa Famílias Fortes, inaugurado pela prefeitura de Osasco;
- Criar atividades escolares e esportivas que demandem a participação dos pais;
- Inserir as famílias na recuperação de pessoas de rua;
- Recuperar as praças e promover eventos nos bairros, de modo a permitir a convivência familiar;
- Inserir a GMA no combate direto ao tráfico e consumo de drogas;
- Celebrar convênios com as Igrejas e entidades civis voltadas à assistência, de modo a permitir que as ações sejam executadas por essas entidades, com a participação do Município na concessão de recursos materiais e pessoais;
- Criar restaurantes populares que garantam as três refeições diárias, em espaços que também permitam o banho, a lavagem de roupas e atendimentos médicos básicos, em pontos diversos da cidade, preferencialmente em colaboração com a sociedade civil;
- Fortalecer o atendimento pré-natal, vinculando os médicos às gestantes;
- Criar abrigo para mães em situação de risco;
- Criar creches;
- Enquanto não houver creches em número suficiente, celebrar convênios com creches privadas e, emergencialmente, restabelecer o programa mães cuidadoras, que permite o aproveitamento de pessoas da comunidade para cuidados dos filhos de outras mães;
- Criar uma central de atendimento a adolescentes grávidas ou mães, de modo a garantir que se mantenham na escola;
- Celebrar convênios para qualificação das pessoas carentes;
- Incentivar o trabalho compatível com o estado dos moradores de rua.

4.2. SEGURANÇA PÚBLICA

4.2.1 Breve Diagnóstico

O fenômeno do incremento da criminalidade e da violência tomou as agendas públicas nos últimos anos, imprimindo à sociedade e aos gestores públicos uma preocupação crescente nesse campo.

Assim, impôs-se a necessidade da construção de respostas para o equacionamento ou a minimização dos elevados índices de criminalidade, mediante um esforço conjunto do Estado e da sociedade civil.

Como um dos direitos fundamentais constitucionais, a segurança, hoje, é compreendida em uma dimensão mais ampla, abrangendo tanto a proteção à incolumidade física/moral e ao patrimônio dos indivíduos como a garantia da ordem pública. Cada vez mais é realçada a importância de conjugar esforços para a repressão ao crime, como para sua prevenção, especialmente por meio de atividades de inteligência.

Sergipe, e de modo particular Aracaju, vem ostentando na última década um número elevado de crimes, com destaque para os praticados com violência, como homicídios, latrocínios, roubos, etc., e, ao longo dos últimos anos Aracaju e sua região metropolitana assumiram as posições mais elevadas no ranking de áreas mais violentas do país).

Apesar da redução dos índices de criminalidade, Sergipe segue como um dos estados brasileiros com piores dados. De acordo com levantamento feito pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2023 a taxa de homicídios nos municípios sergipanos foi consideravelmente alta, com média de 31,1 ocorrências para cada 100 mil habitantes. Esse índice é quase 50% superior ao patamar nacional e Aracaju é a mais violenta dentre todas (31,6)².

Nos últimos anos, a região metropolitana de Aracaju vem enfrentando o fenômeno do incremento do tráfico de drogas, repercutindo também no aumento dos chamados crimes acessórios a ele associados como extorsão, lavagem de dinheiro, ameaça e até homicídios, dentre outros.

Para além de uma questão de segurança pública, o comércio ilícito de drogas que envolve especialmente homens jovens e pardos, também se apresenta como um problema de natureza social e econômica, além do drama humano, relacionado ao aumento do número de jovens com dependência química.

Em conformidade com o disposto na lei 13.022/2014 e o decidido na ADPF 995, compreendemos a Guarda Municipal como Órgão de Segurança Pública, principal “braço” do Município para a prevenção e repressão dos crimes.

4.2.2 Propostas

- Promover a integração de informações e ações entre os órgãos de segurança pública atuantes no município e ampliar investimentos em tecnologia para uso na segurança pública;

² Disponível em <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/80177eeb-4a88-40f6-98f5-c476dea0f3db/content> Acesso em: 10/08/2024.

- Dobrar o atual efetivo da Guarda Municipal de Aracaju (GMA) e valorizar os seus agentes com treinamento e equipamentos (armas, munições letais e semi-letais, coletes balísticos adequados, uniformes, botas táticas, etc.), plano de carreira que contemple metas e bonificação;

- Enfrentar diretamente o tráfico e consumo de drogas;

- Atualizar protocolos de atuação da GMA em grandes e médios eventos realizados em Aracaju;

- Ampliar projetos e programas de apoio e proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar;

- Acelerar e incrementar a melhoria da iluminação pública;

- Otimizar os espaços públicos como praças e parques para realização de eventos culturais e esportivos, feiras e exposições, atividades gastronômicas a fim de promover maior integração comunitária e evitar a degradação desses espaços com o tempo;

- Implementar unidades especializadas de atendimento ambulatorial e de internação para pessoas com dependência de drogas, e formar parcerias com entidades filantrópicas que atuem nessa área..

- Integrar o sistema de reconhecimento de placas (Optical Character Recognition – OCR) das câmeras de trânsito da SMTT, através de software, à base de dados “Restrição de Roubo / Furto de Veículos” (SINESP/MJ) – “Projeto Escudo”.

- Dotar as câmeras CFTV dos espaços públicos administrados pela PMA de software de reconhecimento facial, com consulta a cadastro prévio de imagens, alimentado pelo Núcleo de Inteligência da GMA com referência às bases de dados “Fugitivos” (SEJUC) e “Mandados de Prisão” (SSP) – “Projeto Vigilante”.

- Monitorar com o emprego de drones dotados de Inteligência Artificial a ocupação das áreas ambientais de preservação permanente / antropização – “Arco Verde”.

- Capacitar e expandir o Núcleo de Inteligência da GMA, para atuação além do Nível Operacional, avançando ao Nível Estratégico da antecipação de conflitos, em especial nas ações em Grandes Eventos, mobilizações de massa, movimentos sociais, ocupações de prédios públicos, brigas de torcida, etc. – “Projeto Coruja”.

- Capacitar a GMA para as ações de “Primeiro Interventor” em ocorrências de crise (suicídio, refém, violência doméstica com cárcere privado, etc) e conflito (bloqueios de via, ocupações de prédios públicos), pela aquisição de conhecimentos em negociação técnica policial / gestão de conflitos - Criação do Núcleo de Crises e Conflitos. – “Projeto Minerva”.

4.3 TRANSPORTE MOBILIDADE URBANA

4.3.1 Breve Diagnóstico

Aracaju, como uma capital de médio porte, enfrenta desafios significativos em sua mobilidade urbana, devido a corredores exclusivos estreitos, intervalos prolongados entre ônibus e infraestrutura viária que requer modernização.

O transporte coletivo em Aracaju certamente é um dos mais precários dentre as capitais brasileiras e cidades de grande e médio porte. Toda a região metropolitana de Aracaju com uma população de quase um milhão de habitantes dispõe de um único modal que são os ônibus, contando com uma frota sucateada e um sistema de integração carente de maior eficiência e racionalidade.

As mais recentes obras, supostamente voltadas à melhoria da mobilidade urbana, não favorecem esse propósito. Tanto as que se realizaram na avenida Hermes Fontes, com seus corredores e pontos de ônibus mal planejados, quanto a da Tancredo Neves, que de via expressa passará a ser mais uma avenida congestionada, com sucessivos semáforos instalados em sua extensão, servem bem para ilustrar o quanto o planejamento da mobilidade urbana é pouco inventivo e eficiente para favorecer a vida dos aracajuanos.

Nosso plano de governo visa transformar essa realidade, promovendo uma mobilidade urbana mais eficiente e sustentável para todos os cidadãos, ressaltando que nosso compromisso é com uma mobilidade integrada e sustentável para Aracaju, promovendo melhorias tangíveis na qualidade de vida dos cidadãos e impulsionando o desenvolvimento econômico e social da cidade. Com a implementação dessas medidas, buscaremos criar uma cidade mais moderna, segura e acessível para todos os seus habitantes.

4.3.2 Propostas

- Revogar a licitação do transporte, restabelecendo-a com critérios mais claros, previsão orçamentária do subsídio da passagem, ônibus com ar- condicionado e em maior número, além de parte da frota “articulada”, para utilização prioritária nos horários de pico. Os veículos refrigerados devem garantir maior conforto aos 170 mil usuários (3,5 milhões de passageiros/mês);

- Avaliar a viabilidade e implementação de ônibus elétricos e veículos sobre trilhos, como uma alternativa limpa e sustentável apta a contribuir para a redução de emissões de poluentes e ruídos, além de oferecer benefícios operacionais a longo prazo, com aproveitamento da via férrea de Aracaju;

- Suspensão das faixas exclusivas;

- Nos entroncamentos em que pistas com menor número de faixas ingressem em outras com maior número, aumentar o tempo de abertura do sinal relativo à faixa excedente;

- Implementar um sistema de monitoramento e gestão de frota para reduzir os tempos de espera nos pontos de ônibus e terminais, proporcionando um serviço mais eficiente e confiável.

- Adotar a tecnologia de gel para substituir as pinturas tradicionais de asfalto. Essa mudança aumentará a durabilidade e a visibilidade da sinalização horizontal, contribuindo para a segurança viária a longo prazo;

- Aderir à utilização de asfalto poroso em novos projetos de pavimentação. Este tipo de pavimento ajuda na drenagem da água da chuva, reduzindo o risco de aquaplanagem e melhorando a segurança nas vias durante períodos chuvosos;

- Efetivar uma gestão inteligente do tráfego por meio da reprogramação dos semáforos, criando uma "Onda Verde". A medida pode melhorar o fluxo, reduzindo o tempo de deslocamento e os congestionamentos, além de promover economia de combustível e redução das emissões de poluentes;

- Em relação ao monitoramento e controle do tráfego, propõe-se a utilização de tecnologias avançadas para monitoramento e controle em tempo real, permitindo ajustes dinâmicos na gestão de semáforos e na sinalização viária para otimizar o fluxo de veículos.

- Quanto à segurança viária e melhoria da infraestrutura, propõe-se a revisão e melhoria dos radares de velocidade, a partir de uma análise completa da localização e eficácia daqueles existentes e sua reposição estratégica, com base em dados atualizados de acidentes e fluxo de tráfego, garantindo transparência na sinalização e comunicação clara com a população sobre sua função preventiva;

- Em relação a investimentos em segurança urbana, propõe-se a instalação de *guard rails* ou recuperação dos já existentes nos canais de modo a reduzir riscos de acidentes e valorizar a infraestrutura urbana;

- Para incentivar e efetivar maior participação comunitária e transparência nesse campo, propõe-se a realização de consultas públicas e campanhas educativas para conscientizar a população sobre os benefícios das medidas adotadas e incentivar o respeito às normas de trânsito.

4.4 ESPORTE

4.4.1 Breve Diagnóstico

A atividade física ainda é uma das melhores formas de evitar doenças cardiovasculares, que são responsáveis por 30% das mortes no Brasil. O esporte é um dos pilares para uma vida saudável, e, acompanhado de uma boa alimentação e da qualidade do sono, tendem a reduzir as necessidades de utilização de medicamentos.

Independentemente da idade do indivíduo, o exercício físico (musculação, corrida, natação, ginástica, entre outros) deve ser estimulado pelos governos municipais, estaduais e federais. Uma população saudável trará crescimento para a economia, redução de gastos com doenças e medicamentos. Estimulo pode advir de espaços públicos adequados e assistência profissional.

De acordo com Souza et al. (2014), houve uma evolução populacional de forma contínua, provocada pelo aumento da expectativa de vida. Conforme a quantidade de indivíduos que chega à terceira idade aumenta, crescem também os estudos visando entender o processo de envelhecimento e os mecanismos para melhoria da qualidade de vida nessa faixa, com ações preventivas, restauradoras e reabilitadoras (Almeida; Pavan, 2010).

Além de serem grandes aliados a saúde e ao bem estar, o esporte também é uma excelente ferramenta para a inclusão social.

Nesse sentido, a inclusão de pessoas com deficiência tem sido o objeto de muitos estudos, discussões, debates, e controvérsia, nos quais, a despeito das leis, tratados e convenções que garantam o direito ao acesso aos espaços públicos e privados, ainda estão, em se tratando de Brasil, muito aquém do considerado ideal (NETO; ROLT e ALPERSTEDT, 2018).

As cidades possuem espaços públicos excelentes para a prática de atividades físicas e exercícios físicos. Os principais espaços públicos de Aracaju são as praças, orlas marítimas, escolas públicas e os parques públicos, que poderiam ser melhor aproveitados, com mais e melhores acessos para aqueles que necessitam, beneficiando a população e dando retorno aos governos.

Segundo cadastro da prefeitura de Aracaju, existem 173 praças na cidade. muitas delas em estado de completo abandono.

As praças públicas possibilitam aos moradores e alunos de escolas ao seu entorno usufruírem de seus bancos, sombras de suas árvores, passarelas, quadras e gramados para confraternizar, realizar atividades e exercícios físicos.

Segundo relatos de alguns moradores, a falta de iluminação, buracos, equipamento e bancos quebrados, bem como a falta de segurança, impedem a sua adequada utilização.

Aracaju também dispõe de uma orla fantástica e que é um excelente lugar para a prática de exercícios físicos e esportes. Sendo explorada da forma correta

poderia além de proporcionar uma rotina saudável a população, aumentar o turismo e a economia.

Escolas são o primeiro contato das crianças com a prática de exercícios e atividades físicas. No entanto a falta de atenção por parte do poder público levou-as a negligenciar espaços adequados e seguros para as crianças e adolescentes.

A promoção de eventos e competições esportivas também é relevante para aumentar o interesse das crianças e adolescentes pela prática esportiva.

Por fim, a colaboração da sociedade civil, por meio de convênios com associações esportivas variadas, tem o condão de qualificar a prática esportiva e levá-la a comunidades carentes.

4.4.2 Propostas

- Reurbanizar ou reformar as praças (podendo ser as principais de cada bairro);
- Promover a instalação de equipamentos básicos para a prática de musculação (barras paralelas, barras fixas, extensores de quadríceps, estepes, pranchas para abdominal), reformas das quadras, mini pistas de obstáculos, além de uma área coberta para a época de chuva;
- Melhorar a iluminação das praças, aumentar o patrulhamento em sua localidade e instalar câmeras de monitoramento;
- Buscar parcerias com as escolas municipais, as associações e federações esportivas, para levar modalidades esportivas para as praças e escolas;
- Melhorar e reformar os equipamentos, quadras e espaços para atividades físicas existentes na Orla de Aracaju, bem como os brinquedos, que estimulam o movimento, coordenação e socialização;
- Buscar o diálogo com as associações e federações para solucionar atenuar as dificuldades materiais e de incentivo que enfrentam;
- Promover o esporte de aventura na cidade, como trilhas, esportes aquáticos, esportes de praia (terra e água);
- Buscar formas de melhorar a acessibilidade e a inclusão, tanto nos espaços públicos como nos eventos esportivos;
- Instalar equipamentos adaptados às pessoas com limitações.

4.5 HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO

4.5.1 Breve diagnóstico

Um dos direitos sociais previstos no art. 6º, da Constituição Federal, é o direito à moradia, compreendido, para além da estrutura física segura, como um ambiente em que o cidadão possa estabelecer-se, desenvolver suas relações interfamiliares e com a comunidade.

A Constituição de 1988 também atribui, em seu art. 23, IX, à União, Estados e Municípios o dever de “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”, evidenciando a necessidade de um planejamento urbano eficiente e eficaz.

Nesse sentido, diversas cidades têm sérios problemas nessa área. O sistema excessivamente burocrático e lento não acompanha a velocidade do crescimento das cidades e das demandas da população, dando azo ao surgimento de aglomerados subnormais, habitações precárias, ou ainda de ocupação de domicílios com estrutura residencial permanentemente degradada ou inacabada. Aracaju, inclusive, é uma destas cidades.

De acordo com o último Censo Demográfico (2022)³, Aracaju tem mais de 600.000 habitantes, 3.308,89/km². Fundada em 1855, foi a primeira cidade planejada do país. As ruas do centro da cidade foram desenhadas geometricamente, como um tabuleiro de xadrez, para desembocarem no rio Sergipe. Em que a ordenação no seu surgimento, a realidade que se afigura hoje é bastante diversa.

Se a cidade contou com um planejamento da sua região central, as demais foram crescendo de forma desordenada, sem a intervenção necessária da administração municipal, gerando áreas de precariedade habitacional. São exemplos destas áreas os bairros da zona norte, como Porto D’Antas, Japãozinho, Lamarão, Soledade, Palestina, 18 do Forte, Bugio, Cidade Nova, Jardim Centenário, Olaria, Santos Dumont, José Conrado de Araújo, e bairros da zona sul, como São Conrado, Santa Maria e 17 de Março⁴.

Não são, entretanto, somente esses bairros que merecem reordenação. Em verdade, a cidade, como um todo, enfrenta problemas diversos no quesito habitacional. Conforme mapeamento preliminar, realizado pelo IBGE⁵ e publicado em

³ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em <<https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home>>. Acesso em 30 jul.2024.

⁴ FRANÇA, Sara Lúcia Alves (Org.) **Reforma Urbana e Direito à Cidade Aracaju**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2023/03/Reforma-Urbana-e-Direito-a-Cidade_ARACAJU.pdf>. Acesso em 31 jul.2024.

⁵ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). **Aglomerados Subnormais: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 01 ago 2024.

2020, dos mais de 720 mil domicílios existentes em Sergipe, 53,2 mil, ou seja, 7,4% estavam localizados em aglomerados subnormais, conhecidos como favelas, palafitas, invasões, loteamentos, entre outros.

Também de acordo com o IBGE (2022), Aracaju tem 13,03% de domicílios particulares permanentes não ocupados - vagos, ao passo que a média brasileira é 12,57%. Ainda de acordo com a mesma pesquisa, quanto a domicílios com estrutura residencial permanentemente degradada ou inacabada, Aracaju tem 32 unidades nesta situação.

Isto significa dizer que há 32 imóveis que, muito embora estejam com estas falhas estruturais, estão ocupados, o que pode representar ocupações irregulares de prédios abandonados ou mesmo dificuldades econômicas da população, que não tem conseguido prover a manutenção adequada de suas residências. Apesar de, percentualmente, este número ser baixo, não se pode esquecer que se trata de domicílios sem condições mínimas de moradia, de modo que é preciso identificar esta situação como um problema a ser resolvido.

No Centro da cidade, por exemplo, há prédios que estão ocupados e não oferecem condições mínimas de habitação, podendo citar-se, aqui, o Edifício Casarão do Parque, alvo de Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público de Sergipe, para compelir o Município de Aracaju e a Emsurb (Empresa Municipal de Obras e Urbanização) a realizar desocupação total do prédio, interdição do acesso de pessoas ao edifício, para promover sua recuperação ou, caso não seja possível, a sua demolição⁶.

Já quando o assunto é “imóveis abandonados”, este número dispara assustadoramente. Em 2020, o Ministério Público de Sergipe, em nota, afirmou que Aracaju teria entre 18 e 19 mil imóveis abandonados⁷. Apesar desta afirmação ter sido feita há quatro anos, a situação não melhorou, e somente este ano foi promulgada a Lei Municipal n. 5.902 de 2024, que estabelece normas para o procedimento para arrecadação de bens vagos, nos termos do disposto no §2º do art. 64 da Lei Federal nº 13.465 de 2017.

Outro problema que a capital enfrenta é a irregularidade de muitos imóveis, seja quanto aos títulos de propriedade, seja quanto ao não atendimento às previsões constantes no Plano Diretor do Município. As irregularidades vão de desatenção às medidas de fachadas, calçamento, a edificações construídas, em área de preservação permanente, como manguezais e margens de rios, além de destruição de lagoas naturais e a falta de saneamento e drenagem nos terrenos⁸.

⁶ MPSE. MPSE ajuíza **Cumprimento de Sentença para assegurar conservação ou demolição do 'Edifício Casarão do Parque**. 2023. Disponível em:<<https://www.mpse.mp.br/index.php/2023/09/01/mpse-ajuiza-cumprimento-de-sentenca-para-assegurar-conservacao-ou-demolicao-do-edificio-casarao-do-parque/>>. Acesso em 31 jul.2024.

⁷ INFONET. **Aracaju tem 19 mil imóveis abandonados, aponta o MP**. 2020. Disponível em:<<https://infonet.com.br/noticias/cidade/numero-de-imoveis-abandonados-ja-somam-19-000-em-aracaju-aponta-mp/>> . Acesso em 01 ago 2024.

⁸ MPSE. **Em fiscalização, MPSE e MPF detectam construções irregulares e problemas de drenagem na Zona de Expansão de Aracaju**. 2024. Disponível em:<<https://www.mpse.mp.br/index.php/2024/04/24/em-fiscalizacao-mpse-e-mpf-detectam-construcoes-irregulares-e-problemas-de-drenagem-na-zona-de-expansao-de-aracaju/>>. Acesso em 01 ago 2024.

Ainda se mostra relevante o estímulo tributário aos proprietários de imóveis tombados ou de interesse cultural, bem assim um maior cuidado com as regiões circunvizinhas, porque capazes de testemunhar a memória histórica, arquitetônica, cultural e afetiva do Município.

Nesse contexto, uma especial atenção ao centro, por meio de estímulos tributários, regularização do uso dos espaços públicos, atração de serviços, como pequenas apresentações, festivais culinários, instalação de centro tecnológico e retorno da administração municipal àquele bairro.

A adequada fiscalização, outrossim, para verificar o cumprimento ao Plano Diretor e ao Código de Urbanismo, mostra-se indispensável, sendo possível a revisão de ambos, para atender às novas características da cidade.

Por derradeiro, há algo que também merece atenção, exatamente por dificultar o próprio diagnóstico da situação atual do Município, que é a ausência de dados e estudos sobre o assunto. Note-se que a base de dados utilizada neste tópico do Plano de Governo é de âmbito nacional, não tendo sido encontrados pesquisas e conjunto de dados robustos sobre o assunto, produzidos em nível local.

Os dados são imprescindíveis para entender onde o Município se encontra e para estabelecer metas futuras. Sem uma base de dados sólida e bem estruturada, é impossível realizar um prognóstico e projetar a cidade para o futuro. Ora, aplicando, aqui, o dito popular: se não se sabe onde está e não se tem claro onde quer chegar, qualquer lugar serve!

Percebe-se, desta feita, que são múltiplos os problemas que o Município de Aracaju enfrenta quando o assunto é habitação e planejamento urbano, contudo, tais celeumas podem ser minimizadas e mesmo totalmente sanadas com a implementação de propostas simples e comprovadamente eficientes.

4.5.2 Propostas

- Realizar o mapeamento dos bairros da cidade, com identificação e catalogação das habitações caracterizadas como aglomerações subnormais; das que estão abandonadas; das que estão irregulares; das que estão ocupados, mas tem a estrutura residencial permanentemente degradada ou inacabada; e das que estão permanentemente não ocupadas (vagas); e ainda das que foram construídas em áreas de preservação permanente;
 - Digitalizar e integrar os dados cartográficos da cidade, utilizando georreferenciamento para uma melhor gestão do território;
 - Revisar o Plano Diretor e o Código de Urbanismo, com o fito de desburocratizar as regras de construção civil, reduzindo custos e ampliando as obras e
-

investimentos no município, bem como automatizar os processos de aprovação de projetos;

- Promover políticas de aproveitamento de unidades abandonadas e construção de unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda dentro dos centros urbanos, podendo fazer uso de isenções fiscais temporárias ou benefícios urbanísticos como aumento do potencial construtivo e o direito de transferir esse potencial para empreendimentos em outras regiões da cidade;

- Em conjunto com outros órgãos, promover a desocupação dos prédios com estrutura comprometida e redirecionamento das famílias ali encontradas, seja para o programa de Aluguel Social, seja para às unidades habitacionais construídas e voltadas à população de baixa renda;

- Implementar um programa de regularização fundiária, com custos reduzidos para famílias de baixa renda, autorizando a comercialização de imóveis (terrenos e construções) mesmo que a construção não possua “habite-se”, promovendo o desenvolvimento econômico e combatendo o crime ao levar instituições e regularização para territórios marginalizados;

- Considerando que o Município de Aracaju já dispõe de um programa de “Aluguel Social”, propõe-se rever a concessão deste subsídio, de modo a torna-lo adequado às necessidades da população de baixa-renda e sua compatibilidade com a realidade.

- Propor legislação de *retrofit* ou requalificação de construções antigas, simplificando os processos de autorização para reformas e reabilitações de edifícios antigos ou degradados;

- Fornecer incentivos fiscais ao setor privado promover reforma e revitalização dos prédios abandonados, especialmente no centro comercial da cidade, bem como nas demais áreas que abrigam habitações precárias, estimulando a população a habitar o lugar, isentando-os, por tempo determinado, do pagamento de IPTU;

- Conferir maior efetividade à Lei Municipal n. 5.902 de 2024, arrecadando bens vagos e destinando-os a uso comercial/residencial;

- Revitalizar o Centro e outras áreas que abriguem imóveis abandonados por meio de incentivos tributários, atração de serviços para a região, como apresentações e festivais culinários, retorno da administração municipal e criação de uma incubadora de “startup”s; adoção das chamadas “Fachadas Ativas”, trazendo, assim, aos prédios antes abandonados a destinação residencial e comercial;

- Reorganizar os Mercados, com a instalação de sistemas de ambientação, realocação dos comerciantes que ocupam as ruas, aumento do patrulhamento, instalação de câmeras e regularização do estacionamento, com a implantação do sistema rotativo;

- Expandir e implementar leis que permitam a adoção de espaços públicos, como praças e parques, por meio de financiamento coletivo, associações de bairro e atividades econômicas;

- Melhorar o calçamento comunitário – agilizar e regularizar a parceria público-privada para pavimentação, bem assim estabelecer incentivos fiscais para quem se adequar às normas municipais em determinado espaço de tempo;

4.6 SAÚDE

4.6.1 Breve Diagnóstico

Uma área que vem sendo negligenciada, nas últimas décadas, no município é a saúde pública. A negação desse que é um dos mais fundamentais direitos humanos constitui uma sentença de morte anunciada ou uma condenação à precariedade de vida para a nossa gente.

São os aracajuanos mais humildes, que não dispõem de meios para arcar com um plano de saúde, que mais sofrem as consequências da omissão estatal nesse campo. Pretende-se, colocar a saúde como prioridade, por meio de ações e programas concretos e eficientes, que permitam atender e tratar pacientes que acorrem às nossas unidades básicas.

Temos carências de profissionais da área da saúde em diversas especialidades, em todas as unidades de atendimento básico do município e é persistente o déficit de insumos e recursos humanos na rede pública de Aracaju.

A gestão municipal também é negligente no campo do atendimento a pessoas com deficiência e com doenças mentais, além da manifesta ausência de programas de atendimento a pessoas com dependência química no município.

Assim, teremos a presença de médicos especialistas – ortopedistas, ginecologistas, cardiologistas, etc – atuantes no município, e a população disporá de atendimentos de baixa e média complexidade bem prestados no âmbito municipal.

Outra atenção especial da nossa futura gestão estará na retomada do exitoso programa saúde da família. Esse programa foi praticamente abandonado pelas últimas gestões municipais e será recuperado com a sua reestruturação, para um atendimento mais dinâmico e eficaz.

Ainda, a telessaúde, respeitada a autonomia do profissional, precisa ser utilizada nas hipóteses mais simples, diminuindo a sobrecarga do sistema.

Como a saúde depende, sobretudo, da atuação dos profissionais e utilização de equipamentos adequados, muitas vezes de custo elevado, apropriada a celebração de parcerias público-privadas e celebração de convênios com a rede particular, de modo a permitir o uso da capacidade ociosa de seus equipamentos.

4.6.2 Propostas

- Adotar todos os mecanismos disponíveis para que a vida seja preservada desde a concepção, com total apoio à gestante, em todos os âmbitos, inclusive auxiliando na hipótese em que deseje entregar o filho à adoção;

- Instituir a carreiras de profissionais da saúde do município, especificamente nas áreas da medicina, enfermagem e fisioterapia;

- Retomar o Programa Saúde da Família em toda Aracaju, com ampliação das equipes multidisciplinares vinculadas ao programa;

- Reestruturar e ampliar as unidades básicas de saúde do município, por meio de parcerias público-privadas;

- Diligenciar para que Aracaju conte com uma unidade do Hospital do câncer e da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação;

- Instalar um centro de atendimento traumato-ortopédico em Aracaju;

- Instalar Centrais de Exames nos bairros mais populosos do município;

- Estruturar um Centro de Atendimento às Pessoas com Doenças mentais;

- Estruturar um centro de atendimento a pessoas atípicas, com autismo;

- Celebrar convênios com instituições capacitadas para qualificar profissionais e dar atendimento a pessoas atípicas;

- Estruturar um centro de atendimento a pessoas com problemas mentais;

- Instalar, especialmente por meio de parcerias público-privadas, unidades especializadas de atendimento aos dependentes químicos, quer em unidades terapêuticas de atendimento ambulatorial, ou em casos extremos e em estrito respeito ao marco legal e deontológico, em unidades de internação;

- Devolver aos médicos a liberdade para agendamento de exames;

- Vincular o médico do primeiro atendimento ao paciente consultado;

- Utilizar prontuário eletrônico, com atualização em tempo real e limitação de mudanças das últimas informações cadastradas, após determinado prazo;

- Desenvolver aplicativo que permita ao próprio paciente, a partir de pedido de médico do Município, solicitar o agendamento de exames, bem como visualizar o número de pessoas que fizeram a solicitação, caso haja fila de espera, com a indicação da ordem do pedido, de modo a impedir favorecimentos de quaisquer tipos;

- Conveniar com a rede privada o uso da capacidade ociosa de seus equipamentos e aumentar a quantidade de vagas para exames;

- Estender o horário de atendimento nos serviços de atenção básica;

- Regulamentar e estimular o uso da telemedicina, quando compatível com o tipo de atendimento e sempre respeitada a autonomia médica;

- Fortalecer o programa “Melhor em Casa”, promovendo os cuidados dos pacientes em suas residências, sempre que possível;

- Criar um Centro de Prevenção aos Erros Médicos, com objetivo exclusivamente preventivo;

4.7. CULTURA

4.7.1 Breve diagnóstico

A realidade da política cultural em Sergipe, e mais particularmente em Aracaju, é marcada por ações e programas, em regra, precários, tímidos e desarticulados. Falta uma visão estratégica, de longo prazo e sustentável para o setor cultural no estado.

Esse quadro é perceptível com um lançar de olhos para a realidade local, onde abundam diversos equipamentos culturais abandonados ou subutilizados; prevalece a falta de apoio a artistas populares, que estão cada vez mais dependentes de editais esparsos e pouco atrativos; há carência de equipamentos culturais de acesso coletivo especialmente em bairros periféricos da cidade, dentre outros problemas que revelam que a política cultural de Aracaju deixa muito a desejar.

O que fica evidenciado é que as políticas culturais em Aracaju inexistem. Aqui, a Fundação responsável pelo planejamento e execução das políticas culturais tem servido de repassadora dos recursos que vêm dos Fundos da União – Aldir Blanc e Paulo Gustavo – bem como da realização de eventos em três ou quatro festas tradicionais no município, e, ainda assim, atrasando injustificadamente o pagamento.

Os equipamentos culturais que pertencem ao município – Bibliotecas (02), Galeria Álvaro Santos e a Escola de artes Valdice Teles, são insuficientes para uma cidade de mais de 600 mil habitantes, além de se situarem em zonas específicas da cidade, o que dificulta a sua utilização por moradores dos bairros populares, e não abrirem fora dos horários comerciais.

A falta de uma política consistente para esse setor também se expressa na ausência de projetos de fomento para as áreas da economia criativa, memória e patrimônio, formação de público e demais áreas que poderiam contribuir para a consolidação e divulgação da cultura material e imaterial da nossa cidade.

Nossa gestão terá compromisso com iniciativas para promover a cultura por toda Aracaju e incrementar sua riqueza múltipla nesse campo, pois é perceptível a ausência de ações e programas do Município que correspondam a algo digno de ser chamado de política cultural, bem formulada, executada e avaliada.

Para estabelecer uma verdadeira política para essa área e superar o descaso com a situação dos artistas e agentes culturais aracajuanos, temos propostas concretas e disposição dialógica para buscar Parcerias Público-Privadas, tendentes a estruturar um novo momento na cultura local.

4.7.2 Propostas

- Manter as políticas culturais no âmbito das Secretarias de Educação e transferir o que disser respeito a entretenimento e show business para a Secretaria de Turismo;

- Privilegiar investimentos e parcerias público-privadas para reforçar equipamentos de consumo coletivo, tais como: bibliotecas, museus, galerias, arquivos e teatros;

- Inibir e enfrentar a ação corporativa de segmentos viciados nos recursos públicos;

- Apoiar expressões culturais tradicionais, subsidiando-as temporariamente, mas também estimulando-as a criar mecanismos de auto-sustentabilidade e autonomia frente ao aparelho estatal;

- Investir em formação, não somente no âmbito das artes, mas também em todas aquelas expressões culturais suscetíveis de cultivo;

- Promover parcerias com as instituições mais enraizadas culturalmente, como são os casos das organizações religiosas, associações artísticas e grupos culturais.

- Fomentar uma identidade musical de Aracaju, incentivando a difusão e preservação dos nossos diversos ritmos, danças e manifestações artísticas sergipanas, que conta com um dos acervos mais ricos e diversificados do país.

- Prover o Conselho de Cultura de Aracaju de um perfil técnico e ativo, para que passe a atuar, de fato, como um colegiado propositivo, indicando as diretrizes e fazendo o acompanhamento da política cultural do município;

- Estabelecer parcerias público-privadas para resgatar a funcionalidade de instalações teatrais que se encontram subutilizadas ou até mesmo abandonadas;

- Promover a instalação de Centros Culturais nos bairros de Aracaju, com estruturas simples, agradáveis e amplas que constituam espaços para manifestações artísticas, ensaios públicos e eventos culturais diversos;

- Qualificar o status financeiro da cultura, de modo a ampliar e diversificar as fontes de financiamento, especialmente por meio de parcerias público-privado;

- Implementar o programa alunos musicais, a fim de que a música esteja contemplada nos programas pedagógicos das escolas municipais, de modo a constituir uma base humanística na formação de nossos estudantes. Aliado a isso, tal programa permitirá que músicos locais possam desenvolver e participar desses programas nas escolas mediante pagamento de cachê (hora-aula), constituindo uma microrrenda para esses artistas e, assim, aumentando sua segurança financeira;

- Estruturar os armazéns culturais, a exemplo de prédios históricos que podem se transformar em espaços culturais que funcionam como ponto de encontro de artistas locais, espaço compartilhado para promoção de minicursos e oficinas, apresentações artísticas e exposições;

- Instalar a FM de Aracaju, com programação majoritariamente dedicada à divulgação de artistas locais;

- Instituir, em pareceria com o governo estadual, o selo da cultura com o registro de produtos, bens e serviços diversos que tenham, tipicamente, origem na cultura sergipana, de modo que os empreendedores culturais tenham incentivos fiscais e suporte técnico nas áreas em que atuam.

- Criar centros culturais nos bairros, onde possam ser feitas exposições e ministrados cursos voltados à área cultural;

- Restabelecer os corais nas escolas;

- Criar concursos de corais e festivais musicais;

- Criar o museu da língua portuguesa e das religiões;

- Pagar as dívidas com os artistas, sobretudo os vinculados à Lei Paulo Gustavo, ainda pendente para a quase totalidade da classe artísticas, apesar de liberado o resultado final da habilitação documental.

4.8 EDUCAÇÃO

4.8.1 Breve diagnóstico

A Constituição Federal de 1988 foi bem detalhista em relação ao direito à educação. São mais de vinte dispositivos que estabelecem diretrizes, limites e princípios gerais, recursos e meios a serem adotados para assegurar o direito à educação em caráter amplo, de forma igualitária e de qualidade.

Como direito fundamental, o acesso a uma educação formal deve ser assegurado pelo Estado a todos, de modo especial para as pessoas em fase de desenvolvimento - crianças, adolescentes e jovens. Para o exercício desse direito, é dever do Estado prover um sistema de ensino com os meios e recursos necessários ao seu regular, harmônico e qualificado funcionamento.

Assim dispõe o art. 205 da CF/88 : “A educação, direito de todos e dever do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Desse modo, na definição de competências materiais e legislativas entre os entes federados, a atual Constituição brasileira estabeleceu que os Municípios assumem, em regra, o ensino infantil no âmbito das pré-escolas e o ensino fundamental, especialmente por meio de colégios municipais para atendimento de crianças do 1º ao 9º ano. As creches, para crianças de 0 a 3 anos, não abrangidas pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação, também deve ser objeto de atenção e cuidado do Município.

O cenário da educação em Aracaju é disfuncional, não se apresentando como um serviço público de qualidade. Não é exagero afirmar que a performance de nossas crianças no principal instrumento de avaliação do desempenho de estudantes do ensino fundamental existente no país, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, é sofrível e merece maior atenção dos gestores da educação no estado.

Situação mais difícil enfrentam as crianças atípicas, sem uma estrutura adequada para superar suas limitações.

Baseados no princípio de estruturação das políticas públicas com base em evidências, voltamos os nossos olhares para as experiências de alguns municípios brasileiros e observamos que existe um modelo que tem se revelado eficiente no enfrentamento dos nossos desafios na Educação Básica. Podemos sintetizar tal modelo em três eixos: 1) Práticas de sala de aula – material didático adequado, respeito aos horários, avaliações permanentes, disciplina, método de alfabetização cientificamente testado, entre outros; 2) Gestão – processo meritocrático de escolha da direção, zeladoria das escolas, segurança, envolvimento das famílias, etc.; 3) Valorização dos professores – reestruturação do plano de carreira, respeito à lógica do piso salarial, formação continuada, premiação por metas cumpridas.

4.8.2 Propostas

- Desenvolver ações integradas de enfrentamento à defasagem idade-ano escolar e de redução da evasão escolar;
- Instituir programas de estímulo à participação da família na vida escolar de seus filhos;
- Ampliar a oferta de ensino integral facultativo, especialmente em escolas situadas em bairros com maior densidade populacional e de perfil socioeconômico de média e baixa renda;
- Ampliar as atividades esportivas e culturais das escolas, buscando prover todas as unidades escolares de uma quadra poliesportiva e de equipamentos para a realização dessas atividades e de um anfiteatro;
- Climatizar as salas de aula;
- Reformular o processo de escolha de dirigentes das escolas, de modo a valorizar o mérito e evitar interferências de natureza política na seleção de gestores escolares;
- Implementar a bolsa-atleta e os prêmios jovem escritor e cientista do futuro de modo a incentivar o interesse de crianças e adolescentes da rede municipal em práticas esportivas, na iniciação científica e na literatura.
- Avaliar o uso de novas tecnologias de aprendizagem;
- Promover a melhoria da qualidade nutritiva da merenda escolar;
- Assegurar o piso mínimo para todos os professores da rede municipal de ensino e a revisão do plano de cargos e salários, para corrigir disparidades entre classes;
- Realizar concursos públicos para cargos efetivos de magistério com regularidade, evitando-se, ao máximo, as contratações temporárias.
- Qualificar a gestão escolar por meio da participação dos gestores escolares em cursos, seminários e programas de intercâmbio na área - Promover maior intercâmbio cultural de gestão da cultura com o estado e a União;
- Oferecer às mães atípicas a possibilidade de contratação para que atuem como auxiliares de seus filhos;
- Celebrar convênios com entidades especializadas da sociedade civil, para qualificação dos profissionais de educação, de modo que possam identificar eventuais dificuldades nas crianças e adotar técnicas adequadas;
- Instalar equipamentos próprios para as crianças atípicas;
- Restabelecer o ensino religioso confessional;
- Celebrar convênios com escolas sem fins lucrativos, inclusive as confessionais, para ampliar a oferta de vagas;

- Instituir escola cívico-militar.

4.9. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

4.9.1 Breve diagnóstico

Aracaju padece, há décadas, com sucessivas gestões municipais que não priorizam a transparência e o controle da governança.

Conforme dados de recente pesquisa sobre o Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP), realizada pela ONG Transparência Internacional/Brasil, a capital sergipana ocupou uma das últimas posições nesse ranking, dentre as capitais brasileiras.

Consideradas as prefeituras de 25 capitais brasileiras pesquisadas, a de Aracaju ocupou o 18º lugar, com 46,3 pontos. Essa pontuação ficou significativamente abaixo da média nacional que é de 54,8. Registre-se que cada administração municipal recebeu uma nota de zero a 100, com zero indicando o pior resultado e “100” o melhor, em matéria de transparência e governança pública. 9

Ainda conforme a citada pesquisa, os itens ou parâmetros de pior desempenho da Prefeitura de Aracaju foram os relativos à transparência “financeira e orçamentária” e quanto às “obras públicas”. Neles, os índices de Aracaju foram de apenas 34,7 e 36,4 pontos, dos 100 possíveis.

Um breve exame no site da Prefeitura de Aracaju permite constatar a dificuldade de navegação sobre dados e informações relevantes, como processos de licitação, cronograma de obras, empenho de emendas parlamentares, planilhas de despesas executadas pelo executivo municipal, etc..

Apropriado que se busquem parâmetros, como os previstos na Isso 37000, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Outrossim, o exagero no número dos cargos em comissão, bem assim o desvio de finalidade de seus ocupantes, que apenas estão aptos a exercer atribuições de direção, assessoramento e chefia, colocam os servidores em situação instável, precária, tolhendo as denúncias a práticas não republicanas.

4.9.2 Propostas

9 Matéria sobre esse assunto pode ser encontrada em <https://www.sindijus.org.br/conjuntura-sergipe/prefeitura-de-aracaju-e-apenas-a-18-em-transparencia-publica-no-brasil.html#:~:text=Baixa%20transpar%C3%A2ncia%20na%20Prefeitura%20de%20Aracaju%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20novidade&text=A%20pesquisa%20da%20USP%20analisou,praticidade%20no%20acesso%20%C3%A0%20informa%C3%A7%C3%A3o.>

- Desenvolver e incorporar o conceito de transparência ativa na gestão municipal, de modo a oferecer a todo e qualquer cidadão dados e informações de interesse público de forma clara, objetiva e direta, em todas as secretarias e órgãos do município, quer em suas unidades físicas, quer em seus sites;

- Atualizar a Lei Anticorrupção do município;

- Criar a Lei de proteção a denunciante de corrupção;

- Aprimorar a transparência de contratos, licitações e incentivos fiscais, assim como os dados e informações sobre emendas parlamentares recebidas pelo município;

- Criar portais de dados abertos e específicos para obras públicas, licenças ambientais e alvarás de aberturas de estabelecimentos;

- Implementar calendários semestrais e anual de audiências e consultas públicas;

- Publicar todas as agendas do Prefeito, Secretários e responsáveis pelas licitações, vedada qualquer aposição de sigilo;

- Proibir quaisquer reuniões entre interessados em contratar com o Município e os membros das comissões de licitações, salvo se antecedida de prévia comunicação a todos os interessados e em ambiente com filmagem e gravação de voz;

- Preferir licitações que não permitam aditivos (integradas e semi-integradas);

- Estruturar, por meio de concurso público, equipes capazes de aferir o respeito às especificações dos contratos, especialmente nas obras, a espessura, qualidade e compactação contratadas;

- Divulgar a íntegra dos procedimentos licitatórios, em tempo real;

- Limitar os cargos em comissão a, no máximo, 10% do total de cargos;

4.10. TRIBUTAÇÃO, TRABALHO E RENDA

4.10.1. Breve diagnóstico

A burocracia para abrir e fechar sociedades, aliada à elevada carga tributária e falta de mentalidade empreendedora, constitui obstáculos à criação de um ambiente favorável aos negócios.

Os novos postos de trabalho formal no Brasil vêm sendo criados pelas pequenas e microempresas; em 2023, 80% desses postos veio desses “tipos” de sociedade, segundo levantamento do SEBRAE. A proteção constitucional, daí porque a Constituição lhes garantiu tratamento diferenciado – art. 146, III, “d” e 179.

Afigura-se de especial importância o estímulo a startups e sociedades de pesquisa, desenvolvimento e implementação de novos produtos, para quem podem ser voltadas licitações exclusivas – art. 81 da LL.

Tais sociedades podem ser incentivadas pela redução das obrigações acessórias e relativas a licenças, simplificação legislativa e mudança da cultura de trabalho, que hoje estimula apenas a participação em concursos públicos e formação em cursos tradicionais como a medicina.

Também os demais negócios precisam de estímulo, com a redução das obrigações acessórias, mudança de perspectiva da Administração, que não pode pressupor a desonestidade do empresariado, simplificação tributária e criação de regras que garantam previsibilidade, um dos maiores ativos para quem empreende.

A redução tributária é um dos nossos grandes objetivos, e perpassa a redução do valor devido a título de IPTU, bem assim a facilitação da forma e prazo de pagamento.

Embora não caiba ao Município a propulsão da economia local, incumbe-lhe criar um ambiente favorável aos seus munícipes.

4.10.2 Propostas

- Criar, no Centro da Cidade, o Espaço do Empreendedor, voltado a reunir novos empreendedores e auxiliá-los, oferecendo informações sobre a disponibilidade de negócios, burocracias envolvidas e fomentando a troca de experiências;
- Celebrar convênios com Universidades, em busca de soluções mais viáveis e baratas para os problemas de Aracaju;
- Estabelecer Zonas de Melhoria de Negócios (*Business Improvement Districts*) onde comerciantes e proprietários possam colaborar para o desenvolvimento e manutenção de espaços públicos;

- Formular políticas públicas para tornar Aracaju uma cidade elegível à certificação de “Smart City”, fomentando o uso de tecnologia para resolver os problemas atuais do Município e para projetar a capital para o futuro, a exemplo do que foi feito em Curitiba/PR .

- Abertura de licitações voltadas à obtenção de soluções inovadoras, especialmente para solucionar problemas da Administração;

- Abertura de licitações exclusivas às microempresas e empresas de pequeno porte, tanto quanto autorizado pela LC 123;

- Celebração de convênios com o terceiro setor para a formação de mão de obra demandada pelo mercado;

- Organização de feiras, exposições e apresentações, com o fornecimento da estrutura necessária e estimulante à prestação de diversos serviços e demais negócios;

- Celebração de convênios com a rede turística, para fomentar visitas guiadas, especialmente ao Centro da cidade, com a apresentação da história da capital e do Estado;

- Realizar obras estruturantes;

- Reduzir as obrigações acessórias, com a substituição de parte dos documentos por declarações dos responsáveis e uso da burocracia municipal para fiscalizar, por amostragem. Esse tipo de mudança de postura da Administração deve vir acompanhada de severas penalidades para as hipóteses de declarações falsas, inclusive de natureza criminal;

- Cálculo do ISS-QN por estimativa, em determinadas hipóteses, com pagamento da diferença ou dedução do estimado a mais no início do ano subsequente, à semelhança do que consta na LC 87/96.

4.11 INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

4.11.1 Diagnóstico

A falta de estrutura da cidade de Aracaju é constatada nos “engarrafamentos” cada vez mais frequentes no trânsito, e enchentes provocadas por quaisquer chuvas.

A cidade cresceu, mas não houve correspondente implemento da estrutura necessária a acompanhar esse crescimento, que, outrossim, deu-se de forma desordenada.

Novas ruas e avenidas, novos viadutos e novos piscinões são necessários para reestruturar a cidade, de modo a compatibilizá-la com o crescimento populacional.

Tal reestruturação exige a observância do Plano Diretor e do Código de Urbanismo, normas que precisam de atualizações, mas cujo descumprimento depõe contra a ordenação da cidade.

Também se mostra necessário proteger os piscinões naturais, avaliar a qualidade da água, coibir as ligações irregulares de esgoto, melhorar a coleta de lixo, com a utilização de coleta diferenciada para materiais recicláveis, estabelecer programas permanentes de limpeza dos canais, galerias e bocas de lobo, que podem ser munidas de cestos coletores de resíduos, utilizar calçadas drenantes e investir em campanhas educativas.

Igualmente indispensável proteger e ampliar a cobertura vegetal, sobretudo nos locais mais propensos a alagamentos, e utilizar drones para a fiscalização das áreas de preservação.

4.11.2. Propostas

- Construção de Viadutos: Av. Augusto Franco/Nova Saneamento para melhorar a fluidez do trânsito e segurança viária em um ponto crítico da cidade

- Edificação de uma rampa viária na Av. Pedro Calazans/Rua Laranjeiras a fim de facilitar o fluxo de veículos e melhorar a acessibilidade na região;

- Construção de uma alça de acesso entre a Av. Beira Mar e a Av. Francisco Porto que leve à melhoria da fluidez do tráfego e redução dos congestionamentos frequente nessa região;

- Concluir as obras da Av. Euclides Figueiredo e estendê-la até o Mosqueiro;

- Construir piscinões nas áreas mais afetadas por alagamentos;

- Recuperar os piscinões naturais, dentre eles os do Robalo e da Euclides Figueiredo (interseção com a av. Maranhão) e fiscalizar para evitar seu assoreamento;

- Espalhar “caixas” coletoras de lixo reciclável e fiscalizar o adequado recolhimento e descarte do lixo;
- Aprovar o plano diretor de saneamento, arquivado na EMURB;
- Realizar campanhas educativas para evitar o descarte do lixo nas ruas;
- Aumentar o número de lixeiras na cidade;
- Criar competição das ruas mais limpas dos bairros, com premiações que podem implicar a redução do valor do IPTU;
- Estabelecer programas permanentes de limpeza dos canais, galerias e bocas de lobo;
- Colocação de cestos coletores de resíduos nas bocas de lobo;
- Aumentar a área verde da cidade, em no mínimo 10%, sobretudo nas áreas mais sujeitas a alagamento;
- Adotar o sistema de calçadas drenantes.

4.12 TURISMO

4.12.1 - Diagnóstico

Outro segmento que merece mais atenção dentro das políticas públicas na nossa capital é o setor de turismo. Antes de qualquer política, porém, é necessário que a prefeitura disponibilize para os empreendedores, pesquisadores e cidadãos em geral, uma base de dados estatísticos do setor que possa orientar a ação desses agentes sociais.

Em âmbito nacional, esses dados estão mais acessíveis e, por isso, podemos afirmar que o setor gerou um faturamento de mais de R\$ 121 bilhões de janeiro a agosto de 2023, segundo a Fecomercio/SP, e a expectativa de criação de 7,9 milhões de postos de trabalho até o final de 2023. Por outro lado, de acordo com o Relatório de Impacto Econômico do WTTC, o segmento se encontra muito abaixo do seu potencial. Em 2018, pré-pandemia, o Brasil ocupava a 52ª posição no ranking de turistas estrangeiros, com 6,6 milhões de viajantes, atrás da Argentina, com 6,9 milhões; das Filipinas, com 7,2 milhões; do Irã, com 7,3 milhões; e da Tunísia, com 8,3 milhões. Desde então, sequer retornou a estes patamares.

Em Aracaju, entendemos que o **turismo de eventos** é a vocação mais consistente da cidade. Temos um litoral repleto de possibilidades, o porte da cidade facilita maior conforto nos deslocamentos e a rede hoteleira e gastronômica dispõe de alternativas atrativas. Sendo assim, a principal tarefa do gestor municipal é atuar como articulador dos agentes que atuam na área, direta ou indiretamente, para facilitar as suas ações e planejamentos no sentido de construir um destino turístico instigante.

É evidente que a criatividade, a produção artística e os potenciais turísticos e esportivos de um município têm impacto significativo na economia. Essas mediações são essenciais, também nesse setor, para gerar emprego, riqueza e melhorar a qualidade de vida, pois fomentam habilidades sociais, criatividade e pensamento crítico nos jovens, ao mesmo tempo que incentivam a adoção de estilos de vida saudáveis e ativos. Ao participarem de eventos culturais, atividades esportivas e experiências turísticas, públicos de todas as idades ganham uma exposição valiosa a novas ideias e culturas, enriquecendo sua educação e perspectiva de mundo, além de fortalecer laços comunitários e promover a inclusão social.

As políticas públicas voltadas para o turismo devem ser prioritariamente estruturadas a partir do município, que irá atuar como um facilitador na execução de projetos. O papel do poder público, portanto, deve ser o de estimulador na atração de investimentos, impulsionando o desenvolvimento dessas áreas para que alcancem autonomia.

Para isso, a Prefeitura pode impulsionar eventos locais, com valor histórico e cultural e formular programas de incentivo para a atração de eventos, tais como: campeonato brasileiro de kart, tiro esportivo, esportes náuticos, congressos científicos, entre outros. Além disso, reforçar, em parcerias com instituições privadas, o aprimoramento dos eventos já tradicionais que realizamos, tais como: festas de verão, carnaval, São João, réveillon, entre outros.

O foco é fortalecer a estruturação das organizações da sociedade civil e qualificar seus integrantes, abrindo espaço para que a iniciativa privada tenha interesse em investir e explorar o turismo. Isso possibilita investimentos substanciais,

enquanto reduz a dependência dos setores dos cofres públicos. O objetivo é fomentar a autossuficiência financeira e administrativa dessas organizações, contribuindo para uma gestão mais eficaz e inovadora.

4.12.2 - PROPOSTAS

- Estabelecer parcerias com o setor privado para investimentos em infraestrutura turística e eventos.
- Promover eventos e estratégias de marketing que destaquem a cultura local e o potencial turístico da cidade para atrair visitantes e patrocinadores.
- Explorar colaborações com entidades do setor privado e do Sistema S, com o objetivo de desenvolver programas de capacitação voltados para o aprimoramento de profissionais no setor turístico.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos ou a exploração turística.
- Estabelecer colaboração entre os municípios para identificar objetivos comuns, desenvolver estratégias conjuntas, compartilhar recursos, expertise técnica, infraestrutura e fundos para projetos de interesse mútuo.
- Desenvolver um roteiro turístico integrado que valorize tanto o patrimônio material quanto imaterial da cidade, promovendo experiências culturais autênticas sobre a história e as tradições locais.
- Implementar programas educativos em locais históricos e culturais do município, integrando o turismo com a aprendizagem, onde estudantes e visitantes possam explorar o patrimônio material e imaterial;
- Divulgar as potencialidades da cidade para a realização de eventos esportivos, científicos e congressos de um modo geral, bem como oferecendo às federações a estrutura de que precisam para realizar em Aracaju eventos de porte estadual e nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Aracaju precisa, urgentemente, de um choque de gestão. Duas décadas do mesmo grupo no poder não foram suficientes, sequer, para resolver problemas básicos na educação, saúde e segurança.

Nosso plano de governo não pretende apresentar as soluções para todos os problemas, tampouco ideias mirabolantes, muito comuns em processos eleitorais. Procuramos trazer ao debate algumas proposições urgentes e incontornáveis, para construção de uma cidade mais inclusiva e sustentável.

Afirmamos, ainda, que a grande energia para promovermos as mudanças urgentes e necessárias não estão no aparelho estatal, mas na inteligência, disposição e amor que todos nós, aracajuanos, temos pela nossa terra. As forças governamentais precisam, apenas, coordenar e apontar caminhos a serem trilhados por aqueles cidadãos que, ao fim e ao cabo, são os verdadeiros construtores dessa promissora cidade.

ARACAJU, 05 DE AGOSTO DE 2024

JOSÉ PAULO LEÃO VELOSO SILVA
CANDIDATO A PREFEITO DE ARACAJU

LÂNIA MIRELLE SANTOS BARBOZA
CANDIDATA A VICE-PREFEITA DE
ARACAJU